

Turismo Inclusivo e Lazer em Espaços Públicos

Mariana de Freitas Coelho¹
Marcelo Pinto Guimarães²

Resumo: Esse trabalho aborda a inclusão social ao relacionar turismo e o lazer em espaços públicos. Trata-se de um ensaio teórico sobre principais elementos do lazer e turismo em grande potencial para quebrar barreiras e favorecer o convívio social. Neste conteúdo, para se possa entender melhor as influências sofridas pelo espaço urbano, três fatores devem ser observados em espaços públicos de lazer: 1) a função social desempenhada pelo contexto do local; 2) as atividades e funções desenvolvidas no espaço e 3) a identificação dos padrões de comportamento dos usuários do espaço público. Finalmente, é feita uma reflexão sobre benefícios e conflitos entre as funções estabelecidas pela administração pública dos espaços urbanos e aquelas estabelecidas pela população. Sob a perspectiva da inclusão social, os padrões de comportamento devem abranger a relação mútua e equilibrada entre as condições do meio físico, as atividades desenvolvidas e a diversidade de pessoas.

Palavras-chave: Turismo. Lazer. Espaço Público. Inclusão Social. Acessibilidade.

1. Introdução

O ambiente edificado se transforma de acordo com o contexto da sociedade. Tanto o contexto local quanto o global são extremamente importantes para se moldar a realidade da cidade. Assim entende-se que as cidades estão em constante transformação numa dinâmica progressiva ao longo da história da sociedade urbana. As transformações ocorridas no espaço urbano se relacionam com o

¹ Graduada em Turismo (UFMG), Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais (CECAPS, UFMG) e Mestranda em Administração (CEPEAD, UFMG). E-mail: marifcoelho@gmail.com

² PHD em Design. Professor PRJ da Escola de Arquitetura, UFMG. E-mail:mpguim@msn.com

contexto socioeconômico da cidade, e vice-versa, em que uma rede de forças acarreta mudanças no espaço e na forma da sociedade pensar e agir.

Ao se observar um local público de uma cidade, como por exemplo, um espaço de lazer, podem ser caracterizados aspectos da transformação urbana ao longo do tempo. Um mesmo local pode ser utilizado de diversas formas por uma comunidade, uma vez que a diversidade está presente também nos indivíduos. Alguns questionamentos serão abordados nesse artigo, tais como, possíveis padrões sobre o uso do espaço público, ou os tipos de influência desse uso sobre um espaço urbano para que se apresente tal como ele é.

Outro ponto importante desse trabalho diz respeito à consideração do conceito de inclusão social para se alcançar a cidadania. Esta discussão abrange a possibilidade de que o turismo possa ser utilizado para promover um ambiente mais socialmente inclusivo, propiciando momentos de lazer que enriqueçam o contato entre as pessoas. A cidadania em seu contexto amplo, como sugere Fleury (2002), está relacionada não só aos direitos e deveres de cada cidadão, mas leva também em consideração às diferenças de cada indivíduo, inclusive aqueles que se apresentam em situação de vulnerabilidade social. Ora, se o problema da exclusão deve ser uma das vertentes a serem contempladas nas ações públicas da atualidade, dentro de uma sociedade complexa e diversificada, questiona-se a inclusão como uma preocupação da sociedade contemporânea e se tal reflexão tem gerado a adoção de práticas inclusivas pela população.

2. Entendendo alguns Conceitos

2.1 A Cidade Como Um Espaço Social Dinâmico

Uma cidade pode ser entendida como um espaço construído específico no qual estão presentes diversas práticas políticas, sociais e econômicas que contribuem para sua organização territorial num determinado período. Tais fatores são capazes de influenciar o espaço urbano em diferentes intensidades. Numa cidade, os grupos sociais se interagem, resultando em diversidade de interesses, necessidades e também na presença de conflitos sociais. Para essa perspectiva, Souza e Carneiro (2004) afirmam que são estabelecidas diversas redes de poder e força, sendo

capazes não apenas de determinar o desenho de uma localidade, mas também os usos que podem ser feitos da mesma. Um determinado espaço urbano pode ser então reconhecido como um território onde coexistem complexas relações de forças distintas que contribuem para manterem-se numa dinâmica de ocupação influenciada por um contexto local e global, e ligada aos aspectos topológicos, socioeconômicos e políticos vigentes.

De acordo com Harvey (2006), o modo como os espaços da cidade se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e desempenhar diversas sensações possíveis e práticas sociais multifacetadas. Assim, é possível assumir que ao existir um jogo de forças que acarretam práticas sociais sobre uma diversidade humana num dado espaço construído, cada uma dessas pessoas possui características peculiares que podem influenciar em processos inclusivos da dinâmica de ocupação desse espaço.

2.2 A Noção de Diversidade e Cidadania

Deve-se considerar que nenhum indivíduo é idêntico, mas pressupõe-se que a diferença está representada então, naqueles indivíduos que são parte da maioria. Para Guimarães (2007), a maioria determina as normas de comparação entre os indivíduos da sociedade por serem mais frequentes em relação a um modelo e desse modo, o frequente é tido como normal e o não-frequente como anormal. Em função dessa ideia, a noção do diferente ainda é vista na sociedade atual de forma discriminatória.

O motivo das pessoas considerarem a maioria como o normal e a minoria como diferente está relacionado a diversas barreiras culturais, físicas ou intangíveis. Essa realidade cria uma série de desajustes na sociedade que só permitirá a existência de uma sociedade inclusiva ao eliminar barreiras de todo tipo (Guimarães, 2007).

Barreiras são representadas por qualquer construção humana que consciente ou inconscientemente exclui algum indivíduo que não possua as mesmas capacidades comuns de uma comunidade, segundo Aguirre et al. (2006). Dessa forma, eliminar ou suprimir barreiras está muito relacionado ao trabalho sobre percepções e valores pessoais dominantes. Para o autor, faz-

se necessário trabalhar sobre as percepções e valores das pessoas para conhecer a origem e os desdobramentos do diferente.

A sociedade atual se apresenta de forma estratificada e por vezes, excludente uma vez que grupos distintos são desconsiderados sistematicamente dos setores econômico, social e político. Para Bieler (2006:1), grupos (a citar: indígenas, afro-descendentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e com outras características ou necessidades específicas - tais como as minorias étnicas, religiosas, sexuais e sociais) em situação de vulnerabilidade social têm sido excluídas da participação plena na sociedade e do usufruto dos benefícios do desenvolvimento, em geral. Os desdobramentos políticos da democracia inseridos no modelo atual de produção acabam desconsiderando (ou simplificando) a diversidade existente. Com isso, a noção de cidadania de cada ser humano tem sido limitada em função das pressões vigentes sobre o contexto social. É diante desse contexto que a sociedade como um todo é impossibilitada de alcançar um estágio mais aprimorado de inclusão social.

2.3 A Inclusão Social

O processo de inclusão social acarreta a preparação de um grupo para acomodar uma base de diferenças individuais e envolve tanto a equiparação das oportunidades na vida das pessoas quanto a ponderação do valor potencial de habilidades individuais em relação ao coletivo para igualdade de todos. Assim, atingir uma realidade inclusiva depende de duas perspectivas: do indivíduo para o grupo e do grupo para o indivíduo.

Uma sociedade inclusiva pressupõe que esteja mantida a garantia do poder de decisão individual, isto é, a autonomia dos indivíduos, a qual deve ser considerada necessariamente para que os recursos disponíveis sejam compartilhados e as oportunidades sejam equiparadas. Para Guimarães (2000a) a inclusão social implica também em se implantar recursos flexíveis, através de um planejamento que considera a adequação ambiental e física de toda a comunidade.

A inclusão social é, então, um termo atual para nos referirmos aos processos de equiparação de oportunidades numa sociedade inclusiva, através da alteração de infraestrutura em atividades e serviços de forma total, coerente e permanente (Guimarães, 2007).

Tal perspectiva de mudança se relaciona ao conceito de “Desenvolvimento Inclusivo”, que abrange a ideia de conceber e implementar políticas e ações com o objetivo de desenvolver os setores sociais e econômicos da população. Tais medidas estão correlacionadas fundamentalmente ao desenvolvimento humano através da promoção da autonomia e da dignidade do cidadão, em equilíbrio com o meio ambiente. Isto é, ações devem ser tomadas independentemente da classe ou status social, idade, gênero, opção sexual, condição mental ou física, raça, religião de cada indivíduo, para que cada cidadão passa realmente a ser integrante da sociedade como um todo, sendo capaz de realizar com autonomia, atividades de seu cotidiano sem discriminação (Bieler, 2006).

Por outro lado, os modelos de desenvolvimento adotados pela sociedade atual não têm se apresentado suficientemente capazes de gerar o bem-estar da população. Deste modo, de acordo com Guimarães (2007), até mesmo quando são tomadas ações que tentam reverter a realidade excludente, muitas iniciativas não resolvem o problema da inclusão substancialmente ao tentar solucioná-lo de forma linear e insatisfatória, sem considerar o problema em sua totalidade e sob uma perspectiva holística. Por esse motivo, faz-se necessário que os processos de socialização sofram alterações estruturais para a solução dos problemas entre indivíduo e ambiente de modo que cada pessoa seja capaz de exercer a liberdade compartilhada e o controle sobre as condições de socialização a que estão sujeitos.

2.4 Lazer e Turismo como Atividades Inclusivas

É possível constatar que turismo e lazer possuem muitos pontos em comum e podem ser diferenciados apenas se avaliado o indivíduo ou o grupo de indivíduos que praticam a atividade de lazer ou turística. Para o IBGE (2006), o turismo pode ser definido como um conjunto de atividades realizadas com motivações diversas por um período de tempo inferior a um ano num local distinto do seu entorno habitual, desde que não se relacione às atividades remuneradas. Gomes (2004) afirma que o lazer é compreendido por diversas manifestações culturais como o passeio, a viagem, o cinema, a brincadeira, o esporte e arte. O lazer também pode ser uma das motivações para a

atividade turística e ambas as atividades se relacionam por fazerem uso do espaço físico (seja ele urbano ou não).

Adotando-se os conceitos de turismo e lazer, pode-se concluir que, por exemplo, se houver dois indivíduos brincando na Praça da Liberdade em Belo Horizonte e um for morador da cidade e outro morador de Ouro Preto (ou seja, fora de seu entorno habitual) o morador de Belo Horizonte estará praticando uma atividade de lazer e o morador de Ouro Preto, uma atividade turística.

Outro ponto em comum das atividades de lazer e atividades turísticas, de acordo com Coelho (2007), é que ambas possuem grande potencial para a inclusão de pessoas na sociedade, uma vez que espaços de lazer possibilitam momentos de convívio. O encontro e a sociabilidade podem proporcionar a inclusão social e a convivência com a diversidade da população. Para Anderson (2003), promover oportunidades de recreação inclusivas permite com que pessoas participem em programas recreativos de sua escolha, baseadas no interesse pessoal. Com isso, o processo de inclusão proporciona benefícios não só a pessoas com deficiência ou grupos minoritários, mas a todos os participantes. Programas inclusivos preparam grupos minoritários para uma vida integrada na sociedade, da mesma forma que prepara a sociedade a aceitar a diversidade individual.

Um espaço público deve assegurar o direito dos cidadãos de ir e vir por garantir a equiparação de oportunidades aos indivíduos, para que, por exemplo, utilizem o espaço de acordo com suas decisões pessoais (Ferreira, 2007: 20). Nesse sentido, a necessidade de se criar espaços coletivos de lazer em centros urbanos deve estar cada vez mais em evidência, merecendo maior destaque na agenda das políticas públicas urbanas.

Contudo, para que a popularização do lazer e do turismo contribua para a inclusão social é necessária uma visão mais ampla que ajude na transformação da concepção de espaços urbanos de uso público, a fim de que os ambientes em comum permitam o acesso a todos os tipos de pessoas. Assim, a garantia da acessibilidade desses locais na pormenorização dessa atividade no contexto político é um dos problemas do lazer para que se apresente como uma das reais contribuições para processos inclusivos da sociedade (CORDE, 1998).

A acessibilidade é o desenvolvimento de um processo em que as pessoas reconhecem a deficiência como resultante do grau de maturidade da sociedade para atender os direitos individuais de cidadania plena. Tal definição de deficiência considera os desajustes entre os recursos do meio e as habilidades de uma pessoa de se adaptar a esses recursos. Com isso, acarreta em transformações comportamentais e físico-espaciais (Guimarães (2000b; 2007:3). Uma vez o turismo e o lazer também possuem uma base espacial para se desenvolverem, a acessibilidade abrange um tema fundamental para permitir a inclusão social nesse contexto.

Segundo Gomes (2004), o mercado turístico por vezes tem insistido na segmentação, colaborando para o mascaramento das contradições sociais e da mercantilização da atividade turística. Contudo, sob a pressão de grupos beneficiários como pessoas com deficiência e pessoas idosas, surge a necessidade de aprimoramento por investimentos numa modalidade turística que priorize a convivência e a inclusão social com o intuito de promover o bem-estar social e assegurar qualidade de vida. Através da prática de conceitos como o desenvolvimento de turismo inclusivo a acessibilidade ambiental é posta em perspectiva como um vetor para o Design Universal. Design Universal se refere a um conjunto sistêmico (Aguirre et al., 2006; Guimarães, 2008) de ideias e possibilidades de intervenção ambiental e informacional que são capazes de compatibilizar a atenção às diferentes necessidades humanas, permanentes ou temporárias. Apresenta de modo holístico como clara alternativa para se exercer a cidadania plena.

O turismo inclusivo surge como uma atividade que ao contrário da segmentação turística, incorpora práticas inclusivas, propondo uma prática ampla e geral que envolve toda a diversidade de pessoas, todos os segmentos sociais, e de forma transversal a todos os setores (Bieler, 2006). Portanto, impulsionar atividades de lazer e turísticas que sejam inclusivas tem o significado de proporcionar bem estar e qualidade de vida à sociedade.

3. A Relação Espaços públicos e Atividades de Turismo e Lazer com Inclusão Social

Alguns espaços públicos, principalmente aqueles que atraem uma maior diversidade de pessoas e possibilitam a interação social, são mais propícios para o sucesso de práticas inclusivas.

Espaços de lazer urbano como a praça, os parques e atrativos turísticos podem desempenhar esse importante papel de espaço de lazer e turismo. No entanto, ao se observar as influências sofridas por processos de práticas inclusivas num determinado espaço público, três importantes atributos devem ao menos ser abrangidos: 1) a função social desempenhada pelo local; 2) as atividades desenvolvidas no espaço e 3) a identificação dos padrões de comportamento dos usuários do espaço público.

Função Social – A função social desempenhada por um espaço de lazer e turismo não é estática, já que acompanha o contexto vivenciado em seu entorno específico e global. Devem-se considerar, sobretudo, aspectos históricos do espaço de lazer para a identificação de algumas dessas funções que podem ser políticas, sociais (ponto de encontro e convívio), comerciais, históricas, culturais e até mesmo turísticas.

Atividades – As atividades podem ser divididas em dois grandes grupos: i) atividades espontâneas, a citar brincadeiras, caminhada, passeio e descanso e ii) atividades formais, as quais são organizadas por instituições privadas ou públicas como intervenções artísticas, eventos culturais e ações promocionais. Elas podem ser físicas, artísticas, manuais, intelectuais, sociais e/ou turísticas (ver Coelho, 2007: 108). Mesmo que as atividades de lazer possam ser muito diversificadas, elas dependem fundamentalmente dos usuários do espaço. Noutras palavras, o usuário é um elemento essencial para o desenvolvimento das atividades.

Padrões de Comportamento – Barker (1987) propõe o trabalho com três fatores essenciais presentes em espaços públicos: i) condições do meio físico; ii) atividades desenvolvidas e iii) diversidade de pessoas. Conforme esses três indicadores, é possível identificar cenários de comportamento. Ao se abordar inclusão social em espaços públicos, a inter-relação entre estes três indicadores é de suma importância para se avaliar o grau de inclusão social que o espaço público propicia.

Para Pellegrin (2004), ao mapear os equipamentos ou espaços de lazer de um centro urbano, pode-se identificar com clareza os contrastes que fazem parte do contorno da cidade moderna, como a especulação imobiliária e a falta de coesão entre as diversas redes de equipamentos. Deste modo, deve-se considerar a relação existente entre equipamentos de lazer e

outras redes de equipamentos, como o transporte e habitação, por poderem estar diretamente relacionados ao uso daquele espaço.

Nesse sentido, alguns problemas de inclusão social surgem em função da falta de acessibilidade desses espaços, tais como a falta de uma rota acessível (percurso que interliga espaços acessíveis sem desníveis em degrau) e a constância de barreiras físicas e sociais que interferem na autonomia dos indivíduos. Além disso, as leis e normas, incluindo leis específicas de tombamento para a preservação do patrimônio, nem sempre são garantidas, e compreendem uma fonte de conflitos entre as expectativas dos usuários e o uso dos espaços públicos.

Em relação às atividades formais em espaços públicos, práticas inclusivas merecem ser consideradas no repertório de organizadores e participantes. O turismo, enquanto atividade que possibilita o encontro e a convivência, não pode deixar de acompanhar essa tendência de se considerar a inclusão social.

Seja em atividades formais ou em atividades espontâneas, os espaços públicos são utilizados pela população de maneira que nem sempre são previstas pelo governo; isto é, vão além do planejamento e das políticas públicas. Como exemplo, um estudo sobre a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, Coelho (2007:98) sugere que tanto o meio influencia nas atividades das pessoas para composição de cenários de atividades; quanto as atividades influenciam o uso da praça como espaço de convivência. Como resultado, a Praça é um cenário de conflitos e de insatisfação, onde o poder público restringe a liberdade de manifestação das atividades que destoam do caráter formal de uso que procura proporcionar. Em relação à função do espaço, o qual já possuiu função política de destaque quando abrigava as secretarias do governo do Estado de Minas Gerais, está sendo substituída por uma função social, turística e de lazer por meio do Projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade, que tem transformado as antigas secretarias em um conjunto de museus. Tendo em vista essa oportunidade de gerar acesso a bens culturais de maneira ampla, a sociedade e as ações políticas tendem a permear assuntos como a acessibilidade e a inclusão social. Contudo, não é claro se as ações que englobam essas preocupações serão suficientes para garantir a promoção de atividades inclusivas, entre elas o turismo.

Ao considerar que essa influência entre atividades e meio se dá em ambos os sentidos, é necessário refletir até que ponto as atividades formais, geridas pela administração pública e organizadores de atividades e eventos conflitam com atividades espontâneas dos espaços públicos urbanos. A partir dessa reflexão, que deve ter como bagagem todos os conceitos citados nesse trabalho, será possível, pouco a pouco, proporcionar atividades de turismo e lazer que possibilite a cidadania mais plena de cada um dos indivíduos que utilizam os espaços públicos.

4. Considerações Finais

Para se alcançar uma sociedade mais equiparável e com uma melhor qualidade de vida através de instrumentos como o Design Universal e o desenvolvimento inclusivo faz-se necessário que cada ator (poder público e político, universidades, sociedade civil, setor privado, profissionais, agências internacionais e regionais, organizações e instituições) desempenhe seu papel na sociedade de forma atuante. Ou seja, a inclusão social é um processo que envolve muitos atores da população. As atuais aplicações inadequadas de programas, serviços, infraestrutura e produtos, condicionam a experiência do convívio à inacessibilidade de pessoas vulneráveis e indicam a perpetuação da condição de exclusão no futuro. Deste modo, têm-se como inaceitáveis que os recursos públicos continuem a serem utilizados a para a construção de qualquer tipo de barreira na sociedade vigente.

Logo, essa gama de preocupações, ideias e ferramentas relacionadas à inclusão devem ser incorporadas pelas práticas do turismo e do lazer e todos seus atores relacionados, principalmente por se constituírem como integrante das necessidades dos indivíduos, colaborando assim, para o desenvolvimento pessoal e social de um grupo através das experiências proporcionadas a partir da atividade turística e de lazer. Assim, ressalta-se o potencial educativo do turismo inclusivo, na medida em que pode possibilitar, a partir do encontro e da troca cultural, o desenvolvimento de direitos fundamentais em uma sociedade inclusiva.

Portanto, é necessário desenvolver o lazer e o turismo pensando em atividades que possibilitem o convívio com a diversidade, equipare oportunidades, dê condição de acesso e não

induza à segregação. Só assim, tais atividades estarão se adequando a uma sociedade do futuro, para todos e sem recortes, a sociedade inclusiva.

5. Referências Bibliográficas

Anderson, L.; Kress, C. B. (2003) *Inclusion, Including People with disabilities in Parks and Recreation Opportunities*. Venture Publishing: State College, PA.

Aguirre, R. S.; Simon, M. F. G.; Santo, S. et al (2006) *Recreação E Turismo Para Todos: Padrões De Qualidade Para Atenção A Pessoas Portadoras De Necessidades Especiais*. São Paulo: EDUCS.

Barker, R. (1987) In: Lang, J. *Creating Architectural Theory*. Van Nostrand Reinhold: New York. pp. 113-125.

Bieler, R. B. (2006) *A Deficiência como parte do Ciclo de Vida e o Desenvolvimento Inclusivo. Extraído do documento Desenvolvimento Inclusivo: Uma abordagem universal a partir da Deficiência*. Equipe de Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo Região da América Latina e Caribe, Banco Mundial.

Coelho, M. F. (2007) *Turismo Inclusivo: Um Olhar Sobre a Utilização da Praça da Liberdade Como Espaço de Lazer*. Monografia Graduação, Turismo, Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

CORDE (1998) *O município para todos*. Série Política Municipal para a Pessoa Portadora de Deficiência. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, CORDE. 1, Brasília.

Ferreira, P. S. (2007) *Análise do Potencial Turístico para a Acessibilidade no Parque Municipal Américo Renê Giannetti*. Monografia Graduação, Turismo, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Fleury, S. (2002). *Legitimidade Política: Estado e Cultura*. IDH/ PNUD, Bolívia.

Gomes, C. L. (2004) Lazer- Concepções. In: Gomes, C. L.(Org.), *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica. pp.119-126.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

Guimarães, M. P. (2008) Uma Abordagem Holística na Prática do Design Universal: Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva. In: Corrêa, R. M. (Org.) *Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva*. Belo Horizonte: PUC-MG.

Guimarães, M. P. (2007) *A Acessibilidade pela Prática do Design Universal*. Apostila do curso técnico realizado pelo CREA-PE/IQ. Recife, PE: ADAPTSE-EA UFMG.

Guimarães, M. P. (2000a) *A Acessibilidade da Sociedade Inclusiva. NBR 9050-94: Pela Arquitetura da Sociedade Inclusiva*. Prefácio da edição especial das Normas da ABNT. Belo Horizonte, MG: CREA-MG.

Guimarães, M. P. (2000b) Acessibilidade: Diretriz para a Inclusão. *Revista USP*, 1, 1-9.

Guimarães, M. P. (1999) *A Graduação da Acessibilidade Versus a Norma NBR 9050-94: Uma Análise de Conteúdo*. (3. ed.) Belo Horizonte: CVI-BH, 1 (84).

Guimarães, M. P. (1994) Acessibilidade Para Papéis Sociais Ativos. *Anais do VI Simpósio Internacional de Acessibilidade ao Meio-Físico*. Rio de Janeiro: Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro.

Harvey, D. (1992) *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.

IBGE. (2006) *Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003* / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE.

Pellegrin, A. de (2004) Equipamento de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.), *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, pp.69-73.

Souza, J. M. & Carneiro, R. (2004) Anuário estatístico. *O Hipercentro de Belo Horizonte: Conformação Espacial e Transformações Recentes*. Prefeitura de Belo Horizonte. Recuperado em 5 de maio de 2012: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19590&chPlc=19590&termos=hipercentro>.